



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

## **ENCERRAMENTO DO ENCONTRO SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO PORTO, 28/02/2015**

Mário Nogueira  
Secretário-Geral da FENPROF

Sobre municipalização da Educação, a FENPROF tem uma posição bem definida: é contra! Mas não se limita a ser contra, tem propostas para uma alternativa.

A FENPROF é favorável à descentralização, sem qualquer dúvida, desde há muitos anos, e essa será a principal razão por que se opõe à municipalização, oposição que hoje levamos daqui reforçada. Quanto às nossas propostas, sempre possíveis de ajustar, estão nas pastas e prontas para serem debatidas. A nossa abertura é completa, desde que não se confunda descentralização com municipalização.

Que fique claro: a FENPROF reconhece o papel essencial dos municípios, enquanto parceiros, na definição das políticas educativas locais, mas alerta para os perigos da municipalização da educação num país com tantas assimetrias, com grande diversidade de práticas municipais, com uma prática de incumprimento por parte do poder central nas suas responsabilidades para com o poder local, mas também porque há competências que não devem ser da exclusiva responsabilidade das câmaras e algumas não são de toda competência sua.

As escolas não precisam de novas tutelas, do que necessitam é de condições para o exercício de uma verdadeira autonomia e de respeito pelas decisões tomadas no quadro desse exercício.

No processo em curso, o governo procurou esconder o gato, mas deixou-lhe o rabo de fora e este encontra-se facilmente na matriz de responsabilidades, tal como no texto do contrato interadministrativo:

– São os chamados incentivos à eficiência, com o governo a pagar, não metade, apenas, do valor de cada professor abatido mas por todos os custos reduzidos.

- É a competência para recrutar um número que é mais que simbólico de professores;
- São as competências em matéria de formação e formação contínua de professores;
- É a gestão de professores e também de equipamentos das e entre escolas;
- A gestão das matrículas;
- A aprovação das turmas de cada escola;
- Toda a gestão do pessoal não docente;
- O estabelecimento de parcerias com privados, verdadeiras PPP sobre:
  - resposta a alunos com NEE

- ofertas vocacionais e profissionalizantes
- desenvolvimento das componentes curriculares locais
- serviços de psicologia e orientação.

Tudo em detrimento da resposta pública, isto é, da resposta da Escola Pública.

Sabemos como se chegou aqui e qual o significado da palavra diálogo e da participação dos professores na sequência desse diálogo. Sobre isso não há nada a dizer, porque nada pode ser dito sobre o que não acontece. Apenas constatar a inexistência!

Colegas,

Estamos perante uma questão de ordem política, de grande dimensão política, e não vale a pena escamotear esse facto, adotando um discurso que é nevoeiro para aquilo que realmente está em curso.

Este processo de municipalização surge num tempo em que a desresponsabilização do Estado em relação às suas funções sociais – Educação, Saúde ou Segurança Social – é opção política e dá pelo nome de Reforma do Estado. O guião dessa reforma é conhecido, foi aprovado pelo governo e apresentado pelo vice-primeiro ministro, tendo no capítulo da Educação, como primeira medida, a concessão de escolas a municípios ou associações de municípios.

Nesse guião, a esta concessão de escolas, ou seja, à medida “municipalização” seguem-se outras, cuja intenção nós bem conhecemos:

- a generalização dos contratos de autonomia
- a criação das chamadas escolas independentes
- o crescimento dos contratos de associação com privados e, agora, já não apenas quando há carência de resposta pública
- o cheque-ensino
- e, ainda, a única medida do guião que já foi concretizada e que, conjugada com este processo de municipalização, poderá ter consequências gravíssimas para a educação pública: **o novo estatuto do ensino particular e cooperativo** que vem retirar ao ensino privado o estatuto de mera complementaridade, para o colocar em pé de igualdade, como resposta considerada de interesse público, à escola pública.

Esta é uma opção assumida pelo governo e confirmada, há apenas 2 meses, em reunião que tivemos com o gabinete do Primeiro-ministro. Esta opção coloca graves riscos à Escola Pública, pois **ao atribuir-se aos municípios a competência pela distribuição dos alunos pelos estabelecimentos; ao serem todos os estabelecimentos, públicos e privados, colocados em pé de igualdade para essa distribuição; ao haver transferência de dinheiro para os municípios, de acordo com o que reduzirem no orçamento municipal para a Educação...** todos **compreendemos** o que está em causa e os riscos que se correm.

Este processo tem perigosas potencialidades: o aprofundamento de assimetrias; a existência de quebras de qualidade educativa; a segregação de alunos, designadamente dos que apresentam NEE; o desenvolvimento de processos de privatização; ainda mais fortes constrangimentos ao exercício da autonomia pelas escolas; e também o surgimento de discricionariedades várias, designadamente por força de influências e lógicas que nem sempre servem os interesses das comunidades educativas e da Escola Pública.

Face à análise que fazemos, aos perigos que este processo encerra e ao conceito de descentralização de defendemos, a municipalização será rejeitada e combatida pela FENPROF, quer no plano nacional, quer local, nos municípios onde o processo se desenvolver.

Nesta reta final da Legislatura, a municipalização na Educação é, para o governo a cereja em cima de um bolo educativo (*salsicha educativa?*) cheio de condimentos venenosos, de entre os quais se destacam:

- O congelamento das carreiras dos profissionais.
- A redução dos seus salários.
- O embaratecimento do trabalho docente.
  - Uma redução de professores nas escolas que ultrapassam os 20% (1.453 nos quadros disse ontem o ministro?). Saíram 24.000 nos últimos 3 anos e o desemprego de professores que estavam contratados aumentou mais de 200%.
- O aumento do número de alunos por turma.
  - O agravamento dos horários de trabalho e, em geral, das condições de trabalho nas escolas.
  - A redução de horas/recursos das escolas para o desenvolvimento de todas as suas missões.
  - O desrespeito pelos direitos dos alunos com NEE e as sucessivas violações a princípios da educação inclusiva.
- O corte de mais de 3.000 milhões de euros à Educação, através de sucessivos OE de 2011 a 2015.
  - A desvalorização e empobrecimento dos currículos.
  - O violento ataque ao ensino superior e à investigação.
    - Os atrasos de meses no pagamento a professores que dependem dos fundos comunitários, mas não só.
    - A obstinada imposição da PACC e o simultâneo desinvestimento na formação de professores.
    - Neste país em que não há professores a mais, a imposição da mobilidade especial a 15 professores – 0,015%.

E poderia continuar o rol até chegarmos aqui, à Municipalização.

Sobre a Municipalização o que temos feito:

- ESCLARECER
- MOBILIZAR
- LUTAR NOS MAIS DIVERSAS PLANOS. É ESSE O CAMINHO A SEGUIR.

Que fizemos e continuamos a fazer?

- Muito trabalho nos municípios envolvidos, com os professores.
- Petição com mais de 20.000 assinaturas que vai agora a plenário na Assembleia da República.
- Reuniões com governo (MEC, SEAL)
  - Com gabinete do PM
  - Com Grupos Parlamentares

Com Câmaras Municipais  
(para saber o que se passa,  
para manifestar desacordo,  
para exigir envolvimento dos professores)

- Estaremos no Congresso da ANMP, no final de março, onde distribuiremos a nossa posição aos autarcas presentes.
- E vamos continuar esta luta também no plano da ação reivindicativa
- Dia 7 de março, por todo o país, nas ações de rua promovidas pela CGTP, os Sindicatos da FENPROF darão a esta questão a visibilidade que merece.
  - Ainda este mês de março e seguintes, outras lutas haverá unindo quase todos os Sindicatos da Administração Pública – da CGTP, da UGT e independentes – em torno da contestação à municipalização, a par de outros aspetos (condições de trabalho, emprego, estabilidade, respeito pelos direitos sociais, laborais e de cidadania, defesa das funções sociais do Estado)

**ESTOU CERTO QUE OS PROFESSORES, TODOS OS PROFESSORES, ESTARÃO NESSAS LUTAS!**

Na luta, tal como em tudo em que intervimos, temos de ouvir e compreender as disponibilidades daqueles que representamos, mas também temos de assumir o papel de direção e dirigir a ação dos que esperam que nós o saibamos fazer.

A municipalização estava longe de ser prioridade dos professores para lutarem. Hoje, com a nossa intervenção e o nosso esclarecimento junto dos colegas, esta é mesmo questão prioritária para a sua ação e luta, como para a grande participação nas iniciativas que se têm realizado.

Também com a luta é assim. A FENPROF sempre se assumiu como motor da ação e da luta dos professores e não pode deixar de o ser. Não pode apenas propor a luta quando ela já está em marcha. Tem de a pôr a marchar e estou certo que continuará a fazê-lo, pois é essa a FENPROF que se tornou e continuará a ser a maior, mais importante e mais representativa organização dos professores, educadores e investigadores em Portugal. E já que falamos em luta e estamos em 2015, não nos podemos esquecer que este será ano de os portugueses levarem a luta até ao voto, pois esse é uma das grandes conquistas de Abril, um dos grandes bens e principais direitos reconquistados com a Democracia. Não exercer esse direito é fragilizar a democracia e virar a arma contra o próprio utilizador. Não podemos ir nisso e dar ouvidos a quem diz que são todos iguais e que o melhor é não votar.

Um agradecimento aos nossos convidados, uma saudação aos presentes e uma certeza: saímos daqui muito mais apetrechados e competentes para continuarmos a defender a nossa posição e a lutar por ela.

**VAMOS, ENTÃO, CONTINUAR A ASSUMIR AS NOSSAS RESPONSABILIDADES!**